

Reflexões sobre a constituição da escrita em classes de EJA no Brasil a partir de textos medievais portugueses

Luiz Antonio Gomes Senna
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
@senna.pro.br

Resumo: Os fatos lingüísticos que caracterizam estados de escrita entre alunos de EJA em todo o Brasil costumam ser arrolados como derivados de falhas de concepção de escrita alfabética, ou, não raramente, de deficiências de ordem cognitiva. Este estudo apresenta quatro textos produzidos no decorrer de um intervalo de quatrocentos anos durante a Idade Média, em Portugal, anteriores ao processo de gramatização das línguas escritas modernas, destacando deles certas propriedades gramaticais que nos auxiliam na compreensão dos fenômenos de escrita produzidos pelos alunos de EJA no Brasil contemporâneo. Neste estudo, destacam-se aspectos relacionados à teoria da representação fonêmica, à teoria da variação lingüística e à sociolingüística.

Abstract: (*Reflections on the constitution of writing skills in Brazilian Continuing Education Classes upon Portuguese texts from XII to XI Centuries*) The linguistic properties which characterize writing skills in Brazilian continuing education classrooms have been usually taken as derived from improper alphabetic writing system conception, or, not infrequently, from cognitive basis deficiencies. This paper presents four texts produced in the course of the XIIth to the XVth Centuries, in medieval Portugal, previous the process called grammatization of modern written languages. Some properties identified in these texts contribute to the comprehension of such writing phenomena present in writing production of contemporary Brazilian continuing education students. Concerned issues are: main theory of phonemic representation, linguistic variation and sociolinguistics.

As práticas de alfabetização costumam ser ordinariamente orientadas pela crença de que a escrita alfabética guarde relação com uma possível representação da fala. Tal crença, todavia, sustenta-se em outra crença, de natureza antecedente e não comumente trazida às discussões acadêmicas, de que a matéria constituinte da fala possa ser equivalente à matéria constituinte da escrita alfabética, de forma que os processos mentais relacionados à aquisição e ao uso das línguas naturais (as línguas faladas) possam ser considerados os mesmos com base nos quais se constroem e se empregam as línguas escritas baseadas em sistemas alfabéticos. Assim embasadas, têm sido recorrentes na história dos processos de alfabetização as orientações pedagógicas que, de um lado, consideram a construção da escrita como uma atividade que repercute sobre

a fala, impondo-lhe a correta forma de bem empregá-la, ou, de outro lado, consideram que a tomada de consciência acerca da estrutura da fala conduza à descoberta do sistema alfabético específico de uma certa língua escrita.

Este tipo de orientação subjacente às práticas de alfabetização tende a contribuir muito pouco para a superação de dificuldades de construção da escrita encontradas por alunos da EJA, particularmente entre aqueles com nenhuma experiência escolar prévia em idade regular. Para além disto, tende, também, a problematizar o comportamento do aluno, confrontando-o à expectativa de uma suposta normalidade de que a escrita seja construída por todo aquele que detenha uma fala. Assim é que, na ordem dos problemas possíveis que possam ser apresentados pelos alunos, figuram desde os mais variados tipos de distúrbios ou défices intelectuais, até determinações socioculturais, como o estado de pobreza, imotivação cultural ou similares. Este texto tem por objetivo levantar argumentos com os quais seja possível desconstruir esta orientação primária das práticas de alfabetização, apresentando elementos que nos permitam verificar fenômenos de escrita similares aos apresentados por alunos de EJA em textos produzidos no período medieval em Portugal. Pretende-se demonstrar que o comportamento gráfico apresentado pelos alunos de hoje pode ser explicado por fatores históricos e tendências da língua portuguesa falada, em nada se reduzindo a estados intelectuais deficitários ou a concepções equivocadas sobre a estrutura da língua.

Encontram-se a seguir quatro seções em que se discutirão, respectivamente: (i) a natureza do fenômeno escrito após o processo de gramatização no Séc. XVI, desde o qual o princípio da normatização interveio sobre as intuições sobre a fala até então expressas na escrita alfabética; (ii) a questão sociolinguística subjacentes a certas especificidades dialetais do Português brasileiro, muito frequentes nos contextos sociais dos alunos de EJA, aqui explicadas a partir do conceito de diglossia; (iii) uma aproximação à análise descritiva de algumas propriedades verificáveis em quatro textos portugueses medievais, distribuídos em série diacrônica entre os séculos XII, XIII, XIV e XV, devidamente confrontados a fenômenos de escrita presentes em textos de alunos de EJA e, finalmente; (iv) comentários, a título de conclusão, sobre a repercussão dos fatos linguísticos destacados para os estudos teóricos relativos à natureza da escrita e às práticas de alfabetização em EJA.

i. A gramatização das escritas modernas e a normatização ortográfico-lexical

As línguas escritas modernas tornaram-se propriamente os sistemas tal como os conhecemos hoje ao longo do século XVI, através de um processo denominado *gramatização*. Ocorre que, apesar dos inúmeros escritos medievais – muitos dos quais de caráter oficial, como dois dos textos que analisaremos mais adiante – as línguas modernas não tinham um extrato formal, como uma gramática, fato este que as colocava em uma situação política das mais frágeis no cenário cultural da época.

Convém assinalar que, desde a Grécia clássica, a língua escrita tivera um papel determinante nas políticas de desenvolvimento social, sempre associadas à noção de que o emprego de uma norma gramatical culta promoveria o desenvolvimento intelectual e, a partir deste, assegurar-se-ia a estabilidade do poder público e a prosperidade do Império. No transcurso da Idade Média, em face da hegemonia política e cultural da Igreja sobre as estruturas sociais, não se pensou em normatizar o uso da escrita derivada dos falares locais, tendo em vista que a língua representativa do poder hegemônico era o Latim clássico, já devidamente normatizado, desde a Idade Antiga, pela filosofia romana, inspirada nas bases da gramática grega.

Os escritos medievais em línguas locais, no entanto, mostraram-se necessários, sobretudo na arregimentação notarial, contábil e outros gêneros ligados ao controle do poder público (cf. textos I e II adiante), cujo teor necessita chegar objetivamente ao povo, em sua própria língua, portanto. A composição inicial das línguas escritas modernas parte de indivíduos devidamente alfabetizados em Latim, em cuja estrutura gramatical se inspiram para converter as falas locais em escritas. Vale observar que a concepção de uma língua de expressão nacional somente seria aventada a partir da consolidação dos estados modernos, no Renascimento. Até lá, os escritos medievais tinham caráter estritamente instrumental e local.

Embora as escritas medievais guardassem certa semelhança com as escritas normatizadas do Latim e do Grego clássico, suas formas eram fortemente marcadas por traços da oralidade, especialmente no que tange a variações dialetais e à transitoriedade dos processos históricos das línguas. Ademais, como as relações entre grafemas e sons da fala não obedecem a nenhum princípio universal, os diferentes escritos medievais costumavam empregar diferentes tipos de registros alfabéticos para um mesmo tipo de fenômeno fonético, fato que promovia grande variabilidade entre as formas escritas de textos para textos.

O processo de gramatização foi um movimento com forte orientação política, cujo objetivo foi o de aplicar às línguas escritas modernas um status de línguas nacionais, instrumentos de unificação dos estados modernos. Além disso, a gramatização imprimiria às escritas uma normatização – sobretudo ortográfica – com vistas a lhes atribuir um status político tão significativo como foram o Latim e o Grego nas eras antecedentes. A gramatização foi, portanto, um processo homogeneizante que houve por banir das escritas as marcas de oralidade que as caracterizaram em épocas nas quais não detinham legitimidade político-cultural. Do ponto de vista gramatical, o processo consistiu no enquadramento de cada uma das línguas modernas no escopo estrutural das gramáticas clássicas do Latim e do Grego, as quais acreditava-se terem propriedades universais, ligadas às próprias estruturas do pensamento. Em consequência disto, não apenas a ortografia foi normatizada, como também inúmeras questões lexicais relacionadas às fronteiras de palavras e ao emprego de desinências de gênero e número.

A gramatização chegou às culturas européias de forma muito invasiva, atingindo àqueles que se identificavam diretamente como membros daquela nova nacionalidade recém-instituída. Ainda assim, entre estes, as diferenças dialetais – na fala e na escrita – criariam situações de exclusão social de que tratamos na próxima seção.

ii. Gramatização, diglossia e sujeitos sociais na EJA

No campo do bilingüismo, a sociolinguística define como diglossia a situação de línguas empregadas em uma mesma comunidade de fala, na qual uma ou mais são consideradas línguas de prestígio social, ao passo que outras, línguas de situação social inferior. A mesma noção se aplica no caso de variações dialetais – como no caso variações regionais, a exemplo do que se dá entre as várias regiões do Brasil – ou de registros – como no caso de certos usos de um mesmo dialeto, associados a situações sociais ora mais, ora menos prestigiadas.

O processo de gramatização no século XVI incorporou, de certo modo, valores sociais que estratificaram os diversos falares incorporados a uma mesma nação entre os de maior ou menor influência política. A fixação da norma ortográfica e dos demais traços característicos das línguas escritas modernas refletiu uma tomada de posição em face de um modelo de fala tomado como padrão nacional, deixando de contemplar, por conseguinte, os demais falares representativos das culturas agregadas a cada nação. Cada qual a seu modo, as culturas não contempladas na gramatização da escrita

reagiram ao sistema alfabético oficial, muitas vezes rejeitando-o, ou até mesmo deflagrando movimentos separatistas.

A institucionalização da escrita dá-se, portanto, como um marco a definir o estado de diglossia entre um idioma nacional padrão – eleito a partir de fatores idiossincráticos, ainda que justificados por parâmetros filológicos cunhados a partir da gramática latina – e os demais falares, preservados na oralidade e nas práticas culturais regionais, porém emudecidos nos sistemas de comunicação oficial, regidos pela escrita.

Convém recordarmos que a presença oficial da coroa portuguesa no Brasil não se dá a partir dos primeiros anos do processo colonizatório. Ao contrário, Portugal somente implantaria um regime de ocupação e controle pela coroa no território brasileiro entre o final do século XVII e o início do século XVIII, quando passa a exigir o uso do Português como idioma local. Até então, no Brasil, falavam-se as línguas locais, incorporadas pelos colonos portugueses, estes que, por sua vez, também não provinham dos meios dominantes da sociedade portuguesa, mas sim, dos filões sociais mantidos na periferia da nação, cujas línguas não haviam sido traduzidas na escrita oficial portuguesa. Formava-se, assim, no Brasil, uma série de falares singulares, os quais já prenunciavam o surgimento de uma nação com identidade própria.

Contudo, as elites brasileiras constituídas após a implantação do controle português foram, então, formar-se na corte, à moda da corte, e trouxeram para o Brasil a tal língua gramatizada, dita civilizada, não mais como um dos grilhões da coroa portuguesa, mas como um instrumento a ser absorvido pela cultura brasileira. Esta língua estrangeirada, aqui implantada pelas elites intelectuais de formação européia, fixaram no Brasil um contexto de diglossia com proporções imensas, no qual a escrita sobrepôs-se a todos os falares legitimamente instituídos no processo de formação de nossa sociedade, a partir da fusão das línguas indígenas, dos falares dialetais portugueses não gramatizados e das línguas africanas, especialmente o Iorubá.

Historicamente, a maioria dos alunos da EJA no Brasil são os brasileiros cujas culturas não sofreram influência deste pequeno segmento da sociedade que, no passado, buscou forjar-se à imagem da corte portuguesa. Não é de se estranhar, por conseguinte, que seu contato inicial com a escrita pareça-lhes uma experiência tão singular e estranha, repleta de estrangeirismos irredutíveis à forma de seus falares e das representações que trazem de seus falares. Este fato, *per si*, já nos auxilia a compreender a dificuldade encontrada por grande parte destes alunos no processo de construção da escrita como um fenômeno cultural em nada associado a problemas de percepção ou

ajuizamento da suposta relação universal entre fala e escrita. Entretanto, podemos ir além, buscando verificar se os supostos erros de ortografia ou de concepção de escrita apresentados pelo alunado não seriam respostas naturais a um processo de escrita alfabética não condicionado pelos ditames da gramatização do português escrito. Esta a finalidade dos textos medievais que serão apresentados mais adiante.

iii. Escritas medievais do Português

Apresentam-se adiante quatro pequenos textos representativos do curso histórico do qual derivou o português escrito atual, todos produzidos na Idade Média, anteriormente ao advento da gramatização e da consolidação da unidade nacional de Portugal. O primeiro deles, datado do século XII, é dos mais antigos registros escritos em prosa portuguesa de que se tem notícia. Trata-se de trecho de uma carta foral, documento de caráter oficial que fixava taxas ou outros tributos, neste caso, o *foral da guarda*, que fixava as ordens gerais aplicáveis aos membros da guarda feudal. O texto seguinte, prosa datada do século XIII, também tem caráter oficial, baixado pelo Rei D. Afonso II fixando as ordens quanto ao pagamento de dízimos à Igreja. Os textos III e IV, respectivamente datados dos séculos XIV e XV, constituem prosas narrativas de caráter mítico religioso, evidenciando a importância do sagrado na constituição da moral social medieval.

Em alguns casos, a compilação dos textos tal como no original consultado exigiu que se fizesse uso de certas convenções, tendo em vista que as fontes modernas de caracteres não dispõem de recursos para representar certos tipos de grafismos. Assim sendo, foi convencionado que:

{ ẽ } corresponde à letra “e” com índice nasalizador (~)

{ iⁿ } corresponde à letra “i” com índice nasalizador (~)

{ uⁿ } corresponde à letra “u” com índice nasalizador (~)

Certas expressões ou termos não mais utilizados no português contemporâneo encontram-se aclarados em notas de rodapé. Em caso de haver outras dúvidas quanto ao vocabulário, é possível dirimi-las através do dicionário, ou de consulta eletrônica, já

que, apesar de certas expressões serem pouco usadas, todas encontram-se registradas nos dicionários contemporâneos.

Optou-se por apresentar os quatro textos em sequência, guardando comentários para o final, a fim de que se possa observar a evolução histórica no emprego das formas alfabéticas.

Seguem, então, os textos em ordem cronológica.

Texto I - Século XII

Foral da Guarda



... Aquel que casa fezer ou uinha¹ ou se herdade onrrar e per I ano em Ella seuer, se depouys em outra terra morar quiser, seru[i]a a El toda sa herdade u quer que morar. E, se as quiser uender, uenda a quem quiser per foro de uossa cidade. (...) Homçes da Guarda non pagen pen[h]ora² polho sem[h]or da Guarda, nõ por meyrⁿo, ne seyã pennorados seno por seu uiziⁿo.

Cavaleyros da Guarda ne molheres uiuvas nõ de pousada per foro da Guarda seno per mandado do iuiz. Omçes de uossos termys que seuerẽ em uossas herdades ou em uossos solares e seus senores no fore y, uenã ao synal do iuiz³ e de fiadores que respõda o deryto, quanto ueerẽ seus seores. E, se fizerem coomya peytẽ-na a seus senores e a VII^a ao paço, e nõ seruiã outro homẽ seno a seus senhores em cuio solares seuerẽ. Sçaras e uiⁿas delrey aja tal foro qual as searas e uinhas nossas ouuerẽ. E que seu uiziⁿo matar e em sa casa fogir, que depouys a el entrar e o y matar

¹ A letra “u” foi empregada para representar o grafema {v} ao longo dos quatro séculos.

² Na fonte, informa-se que esta notação [h] indica acréscimo não presente no documento original.

³ O emprego do {j} (inexistente no Latim) foi tardiamente acrescentado à escrita portuguesa, motivo pelo qual em muitas vezes é substituído pelo {i} ou pelo {y}.

peyte⁴ ccc soldos. (...) Omę da Guarda que molher ouuer a bęęõ, se elha leyxar, peyte I dinheiro ao juiz. Se a molher leyxar⁵ seu marido que ouuer a Bęęões, peyte ccc soldos e a meydade⁶ seya de seu marido.

Texto II - Séclo XIII Ordenaões de D. Afonso II

Dos dezemos que an a dar os xpiⁿãos⁷ a sancta igreja



Abraam fuy o primeyro dos proffetas e fuy muy sancto omę e tã amigo de Deus que disse por el que eno seu linnage seeriã beeytas totalas gentes e este connoçendo que era pouco aquello que dauã os que foron ante que el a Deus, segundo os bęes que del rreçebiã, comezou el a dar o dezemo de mays das primicias e das offerendas que elles dauã e dou-lo primeyramęte a Melchisedec, que era sacerdote, e sennaladamęte dou o que gaannou dos rreys que uencio, quando les tollio a Loth, seu sobriⁿo, que leuauã catiuo. Onde enas duas maneyras de siruiçio de primicias e de offerendas que sã ditas eno titulo ante deste e em esta terceyra, que é dos dezemos, husarõ os omęes de siruir a Deus, ata que dou ley scripta a Moyęs, que fuy sancto omę e tã seu amigo que disserõ que falaua cõ el, assi cõmo hun amigo falla cõ outro, e mãdou-lle que todas estas cousas que el quiso teer pera si em sinal de rreconhecimento de sennorio e de ben feyto que fossen scriptas ena ley, por que

⁴ ~ "pague".

⁵ ~ "deixar".

⁶ ~ "metade".

⁷ ~ "cristãos".

o poboo⁸ as desse aos sacerdotes, que faze sacrificio a Deus, segundo a uella ley, e aos leuitas, que serue, e esto fuy sempre gardado. (...)

Texto III - Século XIV **Prosa Narrativa – Do Orto do Esposo**

Uma promessa cumprida



Huⁿa santa uirgem. Que auja nome Dorothea, era leuada pera degolar pella fé de Ihesu Christu, e huⁿu escolastico letrado, que auia nome Theofilo, escarnecendo dela, disse-lhe:

— Tu, esposa de Christu, emvia-me do parayso do teu esposo rosas e pomas⁹.

E a santa uirgem lhe respondeo:

— Certamete asy farey.

E ella, quando ueo ao luguar onde auja de seer degolada, fez oraçõ a Deus. E, acabada a oraçom a Deus, logo apareceu ante ella huⁿu menjno, que tragia e huⁿu pano de linho muy aluo tres maçãas muy nobres e tres rosas muy fremosas. E disse-lhe a santa uirgem:

— Rogo-te que leues esto a Theofilo e di-lhe: Ex aquilo que pidiste a Dorothea que te emviasse do parayso do seu esposo.

E a santa uirgem foy degolada e acabou seu marteyro. E Theofilo estaua recontando e prometimeto que lhe fezera a santa uirgem, escarnecendo della. E que o menino chegou ante elle cõ o pano do linho aluo e que tragia aquellas maçãas marauilhosas e as rossas muy fremosas e disse-lhe:

⁸ ~ “povo”.
⁹ ~ “maçãs”.

— Irmãao, ex aquí aquello que te rrometeu a uirge muy santa Dorothea, que te emuija do parayso do seu esposo.

E entõ Theofilo tomou as pomas e as rosas e braadou muy grande uoz, dizendo:

— Uerdadeiro Deus he Ihesu Christo.

E diseron-lhe os companheyros:

— Ensandeces ou dices esso em jogo?

[... ...]

E logo Theofilo começou a braadar:

— Bem auęturados som aquelles que creem em Ihesu Christo, e aquelle que dá a elle a sua fé he verdadeiro sabedor.

E degolarõ-no com os outros e foy-se para o parayso do deleyto, que he ęno ęceo. E asy mostrou este leterado a sua doutrina per pacięcia, ca, segundo diz huⁿu santo padre, a doutrina do barõ conhece-sse pela pacięcia, ca, quanto o homę he meos pacięte, tanto se mostra por meos ęsinado.

Texto IV - Século XV O cavaleiro Henrique

Da sepultura do cavaleiro Henrique

Estando ia assi a cidade de Lixboa su o poder dos cristãaos e ordenada ę seruiço de Deus, acaeceu huⁿu dia que soterrarõ no moesteiro de Sam Uicęte huⁿu caualeiro que auia nome Anrique e foi natural duhã uila a que dizem Bõna, que iaz quatro legoas aalem de Colonha, caualeiro boo e bem fidalgo e abastado de todos boos costumes, e foy morto na entrada da cidade, fazendo muyto bę per seu corpo

e uertendo de gram uontade o sseu sangue antre os mouros, pela paixon de Nosso Salvador Jhesu Christo.

E, iazendo este caualeiro enterrado no dito moesteiro, como dito he, Nosso Senhor Jhesu Christo, que sempre quer dar galardon a todos aquelles que o serue, fazia por el muytos milagres e muy marauilhosos em aquela sepultura e que iazia. Enton ueendo os cristãaos aquelas marauilhas que Deus por el fazia e todos aqueles que pressas e cuitas pessares auiã, assi d'enfermidades come d'outra qualquer cousa, uistas estas cousas que Deus por ela auia feitas e fazia cada dia, ouurõ-no por martir cõ os outros martires que iaziã sepultados no dito moesteiro.

Entom eram i dous mancebos que ueerã cõ este caualeiro da terra de Colonha e cõ as outras companhas que ueerõ na frota sobre os mouros, e estes mancebos erã ambos surdos e mudos de sua nacença e forõ huⁿu dia ao muimęto daquel caualeiro e deitaron-se apar dele, pedindo a Deus mercee pelos merecimętos de santo caualeiro. E eles estando e esto adormecerõ iuntos cõ o muimęto e eles assi iazendo apareceu-lhes o dito caualeiro e auito de palmeiro, e tragia e sua mão huⁿu bordõ de palma, e falou aaqueles mancebos e disse-lhes assi:

— Hergede-uos e folgade e auede grã prazer e hyde e falade e ouuide, ca pellos meus merecimętos e d'estes outros martires que aqui iazemos e este moesteiro, que he assituamęto e morada de grã uirtude, auedes graça ganhada do Nosso Saluador Jhesu Christo, e a sua graça e mercee cõuosco he.

E, depois que lhes estou ouue dito, desapareceu-lhes, e os mãebos acordarõ ledos e sãaos e quites de toda enfermidade e forõ-se a elrrei e aos prelados da santa egreja que erã e Lixboa e a todos os arreas dos cristãaos, que ainda enton estauã na dita cidade, e contarõ a todos o milagre que lhes Deus auia feito pellos merecimętos do santo caualeiro e

dos outros martires, e outrossi a revelaçõ que lhes Deus mostrara per o dito caualeiro Amrique. E entõ todo o poboo louuou muyto o nome de Jhesu Christo e da sua madre Santa Maria, e ouuerõ o dito caualeiro Enrique e grã reuerença e por marter de Jhesu Christo cõ os outros martires, no sangue dos quaes o dito moesteiro de San Uicete he fundado e edificado.

Fonte: Compilação de excertos variados reunidos em NUNES, J.J. (1906) **Crestomatia arcaica**- excertos da literatura portuguesa desde o que mais antigo se conhece até o Século XVI. Edição: Lisboa: Ed. Clássica Ed.: 1970. PP: 3-6; 57-58; 98-99.

Logo a partir de uma leitura superficial dos textos I a IV torna-se saliente que ao longo dos quatro séculos considerados verificam-se apenas pouqússimas formas gráficas com o ditongo nasal decrescente [ãõ] ({xpiⁿãos}, Séc. XIII e XV e {Irmãao}, Séc. XIV), hoje considerado um dos traços mais característicos da língua portuguesa. É pouco provável que este ditongo não existisse nos falares portugueses medievais, já que nas gramáticas do século XVI já se mencionava sua existência, daí podendo-se concluir que nas escritas medievais sua inexistência resulta de hipóteses diferentes sobre aquilo que, hoje, convencionamos grafar como [ãõ]. Escritas como {seyã} (Sec. XII), {Abraam}, {tã}e {husarõ} (Séc. XIII), {oraçõ}, {entõ} e {degolorõ-no} (Séc. XIV), {galardon}, {auiã} e {adormecerõ} (Séc. XV) ressalvam o fato de que a representação mental do ditongo [ãõ] tende a manter-se próxima da forma gramatizada em certos casos (como {xpiãos} e {irmãaos}), porém evoca inúmeros outros modos de escrita empregados com certa sistemacidade. Esta situação sugere-nos a existência de duas formas fonêmicas distintas não consideradas no processo de gramatização, hipótese esta que ganha força quando observamos que, nos textos, a forma equivalente a [ãõ] aparece nos casos em que as palavras formam plural em [ãos], ao passo que nos demais casos encontram-se palavras que fazem plural em [ões], ou desinências verbais hoje grafadas como [-am].

Outra questão relativa à concepção de forma escrita pode ser destacada a partir de {leyxar}, {peyte} (Séc. XII) e {acaeceu} (Séc. XV), cujas derivações parecem sugerir total ausência de correlação com alguma palavra empregada na fala. Entretanto,

observando-se mais cuidadosamente suas propriedades, observa-se que se trata de formas explicáveis a partir de certas propriedades de fala portuguesa, a saber: no caso de {leyxar}, o emprego da letra {l} deve-se ao fato de que, em Portugal, a consoante /d/ é pronunciada com um contorno líquido próprio do fonema lateral /l/, obtido quando se arredonda levemente o dorso da língua forçando uma redução do ponto de oclusão alveolar; já {peyte}, equivalente a “pague”, deve-se a uma cadeia de fatos fonéticos desencadeados a partir do alteamento da vogal /a/, muito comum no português falado em Portugal (obtido quando se enuncia o [a] com a boca articulada para enunciar um [u] ou um [i]), provocando-se o surgimento de uma semi-vogal anterior (o som de [i] que segue a vogal, também presente em {marteyro}, Séc. XIV, e {moesteyro}, Séc. XV) e o relaxamento subsequente do aparelho fonador, o que resulta na redução do fonema /g/ a uma enunciação [t] aspirada ([pây^h]); já em {acaeceu}, o que ocorre é a síncope da palavra “aconteceu”, a qual se enuncia em certos dialetos portugueses como [akâ^höse^w]. Casos como estes, denunciam-nos o fato de que dialetos não considerados no processo de gramatização podem induzir à formulação de formas escritas aparentemente imotivadas. Contudo, são apenas “aparentemente imotivadas”, já que é possível compreendê-las e explicá-las como fenômenos agregados às representações linguísticas de quem as produziu.

Ainda associados a questões dialetais, há os casos de {tragia}, {pidiste} e {egreja}, os quais podemos associar às chamadas disortografias, ou o que mais se use para designar os erros ortográficos sistemáticos. A forma {tragia} (“trazia”) resulta de uma tendência de inúmeros falares portugueses para arredondarem as consoantes alveolares (tal como anteriormente visto aqui, no caso de {leyxar}), a partir do que os fonemas /z/ e /s/ são enunciados respectivamente como [j] e [x]. No português do Brasil, verificam-se casos análogos no dialeto falado no Rio de Janeiro, tais como: no emprego de /s/ e /z/ pós-vocálicos, dá-se o mesmo tipo de arredondamento ([paxta], [gðjma]); no emprego de /t/ e /d/ antes da vogal /i/, quando recebem um traço africado ([t^hia], [d^hia]). Já no caso de {pidiste} e {egreja} verifica-se o fenômeno dos mais comuns relativo às fronteiras entre os fonemas vocálicos na cadeia prosódica. O fato é que, fora das sílabas tônicas, as vogais presentes na cadeia prosódica na maioria das vezes perdem sua qualidade acústica típica, às vezes tomando a forma de outro fonema vocálico, como no caso do Português brasileiro, em que as vogais médias /e, ε, o, δ/ cedem lugar às altas em sílabas átonas finais (/bolu/, /telefoni/). Em outros casos, porém, os fonemas assumem formas sonoras que não se podem associar a nenhum dos fonemas

tradicionalmente expressos por grafemas. É o caso, por exemplo, da palavra {egreja} enunciada em forma dialetal de Portugal. Na maioria dos falares portugueses, não se pronuncia nem [igreja], nem [egreja], mas sim, um fone que tem propriedades comuns ao /i/ e ao /e/, o que se pode reproduzir enunciando-se um [e] com a boca articulada para enunciar um [i]. A mesma situação se dá no caso da primeira ocorrência do {i} na palavra {pidiste}, que não se enuncia como [pidiste], mas sim com o mesmo termo presente em {egreja} e {quaes}. Casos como estes, em que o emprego de {i} e {e} é aleatório e incompatível com a norma escrita, tornam evidente que certas formas gráficas ditas erros ortográficos são resultado de uma profunda incapacidade do sistema de escrita gramatizada para representar os fatos fonológicos característicos do sistema de fala empregado pela comunidade linguística a que pertence o sujeito que os produz.

Uma última situação desejo destacar aqui. Trata-se de formas como {elrei}, {todalas}, {polho}, {eno}, {dhuã}, presentes em diferentes momentos históricos, nas quais se verifica a presença de dois termos grafados como se fossem uma só palavra. Ocorre que no período medieval, em face da ausência de uma gramática ou um dicionário do Português, as palavras escritas não se delimitavam todas na forma como hoje as delimitamos. De fato, {polho} evoluiu para “pelo”, porém à época dizia-se “por ello”, ou simplesmente, “por el”, evidenciando-se duas formas distintas. A relação gramatical entre substantivos e seus determinantes (artigos, possessivos etc.) constitui um vínculo tão forte que, não raramente, os falantes os tomam como uma única unidade lexical. O melhor exemplo deste fato entre os apresentados é a forma {elrei}, constituída pelo artigo {el} e o substantivo {rei}. Casos como este apresentam-se similares a escritas produzidas por alunos em processo de alfabetização, notadamente formadas pelo truncamento de diferentes palavras. Tais casos nos sugerem, de um lado, que tal truncamento resulta de nada mais do que uma tendência a que se compreenda como uma unidade duas ou mais formas que mantenham um vínculo gramatical muito forte entre si. E de outro lado, que os truncamentos apresentados podem ser plenamente explicados como fenômenos derivados de certas tendências dos sistemas gramaticais, assim afastando-nos de outras justificativas para sua ocorrência, baseadas na crença em distúrbios intelectuais.

Outras dezenas de fatos gramaticais relevantes para o estudo dos processos de alfabetização em EJA poderiam ser arrolados a partir dos textos apresentados, mas os discutidos aqui anteriormente já nos bastam para os fins deste trabalho. Antes de que se

conclua esta exposição de fatos gramaticais, entretanto, não deixemos de assinalar o aspecto de maior impacto sobre a pedagogia dos processos de alfabetização.

A série de quatro textos aqui apresentados demonstra-nos que a escrita alfabética do Português construiu-se no transcurso de um longo processo histórico. Facilmente se observa que quanto mais antigo o relato escrito, maior a dificuldade que encontramos em compreendê-lo. Por outro lado, quanto mais novo o relato, tal como no texto que nos chegou do século XV, mais próximo do português escrito contemporâneo. O tempo é, sem dúvida, um elemento chave na produção desta escrita de caráter social e institucional com que convivemos hoje. Seu tempo, todavia, não se basta em si mesmo, pois que se alimenta dos traços sociais e culturais que movem e constroem o Homem da escrita alfabética. Como, então, alfabetizar sujeitos sociais e culturais os mais diversos, sem lhes oportunizar o devido tempo sócio-cultural?

iv. Os brasileiros da EJA – seus tempos linguísticos e o direito à escrita

Os dialetos falados nas diferentes regiões do Brasil são ainda absolutamente desconhecidos da comunidade acadêmica que atua direta ou indiretamente com os processos de alfabetização destinados à população jovem e adulta. Recolhidos ao esquecimento ou desprezados pelo preconceito, os dialetos em situação de diglossia são os parâmetros empregados pelos alunos na formulação das hipóteses primárias sobre a concepção da escrita e a sua estrutura alfabética. Vimos aqui através dos textos medievais – todos produzidos por indivíduos previamente alfabetizados em Latim clássico – que a estrutura material de seus dialetos falados interfere diretamente sobre as formas empregadas na escrita do português, podendo, em certas situações, derivar estruturas aparentemente ininteligíveis quando comparadas àquelas que vieram a ser eleitas como padrão a partir do processo de gramatização do Português. Assim sendo, como, então, conferir ao texto produzido pelo aluno de EJA um status diferente, como se lhe fora imputável apenas a língua escrita gramatizada como parâmetro de avaliação?

A discussão sobre a necessidade de se acatar a norma ortográfica nos dias de hoje é já coisa ultrapassada, dado o entendimento comum de que a escrita é um patrimônio do estado nacional, algo cuja materialidade é definida por lei federal e não, por mecanismos evolutivos naturais aplicáveis às línguas naturais. Compreende-se que um indivíduo incapaz de demonstrar pleno domínio das normas ortográficas e outras propriedades da escrita não se consitui socialmente como alfabetizado, em prejuízo próprio. ENTRETANTO, cuidamos aqui neste texto de assinalar questões que vão ao

encontro da situação real do aluno que não se mostra capaz de construir alguma escrita que se possa reconhecer como alfabética. Cuidamos, também, de levantar argumentos com os quais se possa tomar do grafismo produzido pelo aluno como um sinal de representação linguística e não, como uma barreira a ser rotulada *a priori* como produto de deficiência intelectual.

Cuidemos, então, de ter em conta tratarem-se de alunos que, diferentes de Dom Affonso II ou dos “letrados” medievais, envergonham-se de suas escritas e as calam dentro de si, pois que não têm consciência de terem sido amordaçados por uma escrita cuja gramatização desprezou seus dialetos. O reconhecimento de traços de oralidade no esforço de escrita inicial destes sujeitos sociais em processo de alfabetização permite-lhes reconhecerem-se na experiência de imersão na cultura da escrita e, ao mesmo tempo, superarem o sentimento de estranhamento perante um sistema de expressão cuja normatização é historicamente associada a processos de exclusão social.

As escritas portuguesas não reguladas pelo processo de gramatização – presentes em registros históricos ou em textos produzidos por alunos em processo de alfabetização – bastam-nos para subsidiar argumentação contrária às hipóteses primárias do senso comum sobre a natureza do processo de alfabetização, quanto a haver uma relação natural e universal entre escrita e fala.

Bibliografia

- ALI, M.S. s/d **Gramática histórica portuguesa**. Rio, Melhoramentos.
- AUROUX, S. (1992) **La revolution technologique de la grammatisation**. Portuguese publ.: Campinas/SP; Ed. UNICAMP. 1992.
- BASTOS, J. (1928) **Dicionário etimológico, prosódico e ortográfico da língua portuguesa**. Lisboa, Parceria Antonio M. Paranhos.
- BHABHA, H. (1998) **The location of culture**. Portuguese Publ.: Belo Horizonte/MG; Ed. UFMG.
- DIAS, E. (1908) **Syntaxe histórica portuguesa**. Lisboa, Clássica. 1970.
- GONÇALVES, S.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (2007) **Introdução à gramatização**. São Paulo, Parábola.
- HUBER, J. (1933) **Gramática do Português antigo**. Lisboa, F.C.Goulbenkian.

- NEVES, M.H. (1987) **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo, HUCITEC/UNb.
- NUNES, J. J. (1906) **Crestomatia arcaica** – Excertos da literatura portuguesa desde o que mais antigp se conhece até ao Século XVI. Reedição: Lisboa, Ed. Clássica. 1970.
- RIBEIRO, D. (1996) **O povo do Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras.
- ROBINS, R. (1967) **Pequena história da lingüística**. Rio, Livro Técnico.
- SENNA, L.A.G. (2007) “The concept of literacy and the theory of grammar: a necessary bind to the dialogue between language sciences and education”. In: D.E.L.T.A. 23(1). ISSN 0102-4450. PP.45-70.
- SENNA, L.A.G. (2010). Hypermedia, contemporary writing technologies and social inclusion: new trends on Teacher’s Formation Epistemology. In C. Crawford et al. (Eds.), **Proceedings of Society for Information Technology & Teacher Education International Conference 2010** (pp. 1278-1285). Chesapeake, VA: AACE. Retrieved from <http://www.editlib.org/p/33533>.
- SILVA, T. C. (2003) **Fonética e fonologia do Português**. São Paulo, Contexto.
- SILVA NETO, S. (1979) **História da língua portuguesa**. Rio, Presença.